

# GÊNERO E EMPODERAMENTO NAS RELAÇÕES

Cristina Moreira<sup>1</sup>

Graziela Werba<sup>2</sup>

## RESUMO

Entender numa perspectiva de gênero, o porquê das mulheres permanecerem em relações não satisfatórias. Participaram da pesquisa profissionais da saúde e um grupo focal composto por seis mulheres. A pesquisa mostrou que um grupo de pessoas ainda não percebe as relações desiguais entre os gêneros, acatando passivamente o sistema de patriarcado e reproduzindo desigualdades. Evidencia-se então a importância de promover a equidade de gêneros como empoderamento das mulheres para uma vida mais satisfatória.

**Palavras-chave:** Relações de gênero. Empoderamento Feminino. Mulher. Violência Doméstica.

## GENDER AND EMPOWERMENT IN THE RELATIONSHIPS

### ABSTRACT

Understand from a gender perspective why women remain in unsatisfactory relationships. Health professionals and a focus group of six women participated in the study. The research has shown that a group of people still don't perceive unequal relations between genders, passively accepting the patriarchal system and reproducing inequity. The importance of promoting gender equity as the empowerment of women to a more satisfactory life is thus evidenced.

**Keywords:** Gender Relationships. Female Empowerment. Woman. Domestic Violence.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Psicologia ULBRA Torres. E-mail: cristinamoreira.mk@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora Doutora do curso de Psicologia da ULBRA Torres. E-mail: grazielawerba@terra.com.br

## INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é uma análise de gênero, visando discutir as razões pelas quais algumas mulheres permanecem em relações não satisfatórias, parecendo submissas a essas situações cotidianas que lhes afligem e limitam outras áreas de sua vida pessoal. Apesar de todas as conquistas feministas, mulheres ainda vivem sob constante violência psicológica, opressão física, social e financeira, muito distantes do que entendemos por empoderamento e vida digna. De outra parte, vemos mulheres que se negam a permanecer em relações que não sejam plenamente satisfatórias e dignificantes. Estas últimas conseguem romper envolvimentos ruins, obtêm sucesso em organizar ou reorganizar suas vidas e sabem como construir novas relações. O feminismo tem chamado a esta atitude assertiva de empoderamento.

O interesse em pesquisar esse tema parte da percepção de que, apesar de tantas conquistas femininas nas relações sexuais, políticas e culturais, ainda é comum identificar casos de mulheres submetidas a relações de violência, em pleno século XXI. A proposta é compreender, através de pesquisa de campo, como se dão os eventos e como estes se mantêm ao longo dos anos, na visão das participantes da pesquisa.

Questionamentos surgem com a reflexão sobre como a representação do feminino recai na sociedade, que por vezes é perversa em relação ao tema, por falta de informação ou outros aspectos que serão descritos ao longo da pesquisa.

Embora o movimento feminista tenha alcançado grandes vitórias no que se refere às relações entre os gêneros, ainda vemos uma considerável parcela de mulheres que não conseguem romper relações insatisfatórias. Os problemas que envolvem as mulheres que permanecem nestas relações, vão desde sintomas físicos recorrentes até doenças mais graves contraídas e ou desenvolvidas por más condições de vida (CARNEIRO, 2003).

Essas constatações nos motivam a investigar sobre quais seriam os critérios que levam as mulheres a permanecer em relações infelizes, bem como a tentar descobrir quais elementos podem sustentar o empoderamento para que mulheres se libertem e busquem uma vida mais digna e feliz. A felicidade e satisfação também podem ser construídas através de relações igualitárias entre os pares, promovendo uma melhor qualidade de vida para a mulher.

Entendemos que é muito importante compreender a chamada “vitimização” das mulheres no que diz respeito a relacionamentos conturbados e até violentos, podendo chegar ao ápice com o feminicídio. No entanto, ainda verificamos que as mulheres que relatam sofrer algum tipo de violência podem ter grandes dificuldades em conseguir autonomia. Sabemos que o critério financeiro não é único elemento a impedir que elas abandonem relações difíceis, pois de acordo com Santos (2010), a violência é democrática, atingido igualmente a todas as categorias de pessoas. Estes fatos nos desafiam a pesquisar e tentar compreender as motivações que se apresentam para que as mulheres permaneçam em relações conflituosas ou que consigam rompê-las buscando uma nova vida.

Para encontrar as respostas que buscamos, procuramos articular alguns conceitos que nos ajudaram a compreender melhor a questão central desta pesquisa: quais fatores contribuem para que as mulheres permaneçam em relações insatisfatórias e até mesmo violentas, e quais elementos ajudam no empoderamento para que essas mulheres consigam romper com estas relações. A seguir, vamos apresentar os conceitos com os quais articulamos as nossas questões.

### **Gênero e feminismo**

A categoria gênero determina tudo que é social, cultural e historicamente definido e está em constante processo de ressignificação, em virtude das interações concretas entre indivíduos do sexo feminino e masculino. Nesse sentido, “a sexualidade é apenas uma das variáveis que configura a identidade

de gênero, como os papéis de gênero e o significado social da reprodução” (GROSSI, 2000, p. 27).

Segundo Telles (2004), entendemos por gênero uma categoria de análise da sociedade; por meio de seu uso, há condição de serem reveladas e analisadas as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais entre mulheres e homens. Estudos de gênero mostram o quanto o poder masculino tem subordinado a população feminina de modo geral e também indicam como se desenvolvem essas relações sociais.

Por feminismo entende-se a igualdade de valores e direitos quanto ao sexo, ou seja, defende as mesmas condições, diferentemente do conceito de machismo que enfatiza a sobreposição do masculino em relação ao feminino.

Há muitos anos, mulheres de todos os territórios vêm buscando consolidar e igualar os valores e direitos entre os sexos. Atualmente temos vislumbrado vários avanços, porém ainda é possível evidenciar, em fatos isolados, uma certa resistência da sociedade.

Vivemos em um mundo onde impera a voz masculina e as mulheres estão invisibilizadas. Quando se diz “o aluno”, as meninas têm que se sentir inseridas no masculino singular. A gramática já é “masculinista” porque coloca o plural das palavras no masculino e isso é arbitrário, é uma construção. Em Psicologia, nós também erramos quando escrevemos na nossa carteira de identidade profissional do CRP “assinatura do Psicólogo” e percebam também que apesar de ser um curso fortemente marcado por mulheres, são os homens psicólogos que geralmente aparecem na mídia (novelas e programas de TV), eles ganham destaque. A Psicologia também se equivoca quando, ao realizar testes de inteligência, endossa características de homens e mulheres como se fossem inatas, quando, na verdade, são construídas (MIRANDA et al., 2009, p.2).

O termo igualdade de gênero foi criado para que não haja mais restrição ao aspecto biológico entre homem e mulher, e sim a construção social que se faz entre o masculino e feminino, afinal como muito bem se aplica a frase da escritora francesa, Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se mulher”.(BEAUVOIR, 1967 p. 9-10).

## **Empoderamento**

Vemos que em muitos fatores, a mulher ainda permanece em desvantagem, principalmente em relação à vulnerabilidade social, o que afeta bruscamente sua busca pelo empoderamento.

Com uma população de 193 milhões de habitantes, o Brasil tem um grande estoque de talento nas mulheres, cujos níveis educacionais ultrapassam os dos homens até nas faixas de renda inferiores. Entretanto, a falta de uma educação pública universal de qualidade e a infraestrutura inadequada que caracterizam o país constituem os maiores empecilhos ao seu desenvolvimento. O Brasil continua sendo um país violentamente desigual. Ao mesmo tempo em que o governo estabelece novas metas de superação da pobreza e das persistentes desigualdades de gênero, raça e etnia, as mulheres continuam a carregar os fardos da pobreza, da desigualdade e da violência. (TAVARES, 2011, p. 7).

A cidade de Porto Alegre viveu, em 2008, uma experiência eleitoral única na sua história, quando teve três candidatas à prefeitura, todas elas deputadas federais de grande destaque e tendo pelo menos duas delas, reais chances de serem eleitas. Em pesquisa realizada a partir dos programas eleitorais gratuitos veiculados na televisão e nos programas editados nas páginas da internet, verificou-se uma quase total ausência de referência ao fato das candidatas serem mulheres, sendo que a figura feminina foi a grande ausente no discurso de campanha veiculado na televisão. As razões desta ausência devem ser buscadas tanto na postura das próprias candidatas como na recepção do discurso pelos eleitores e eleitoras. Tendo em vista que as questões referentes aos direitos das mulheres aparecem nos programas escritos de algumas destas candidatas, até de modo bem detalhado, a ausência de qualquer referência a elas no programa eleitoral de televisão parece indicar que as candidaturas não assumem a existência de um número significativo de eleitoras e eleitores que se sensibilizariam com este tipo de problemática (PINTO, 2010).

Na política atual tivemos melhoras em relação ao empoderamento feminino, tendo uma mulher governado o país e nomeado mais nove ministras, além disso o governo se mostrou bastante preocupado e engajado em Tratados Internacionais que garantam os direitos das mulheres.

No decorrer da pesquisa, a presidenta do país, Dilma Roussef, foi retirada do governo, vitimada por acusações que nunca foram comprovadas. Pela

primeira vez na história do Brasil, uma mulher fora eleita e o fato de não se tratar de um homem, parece ter corroborado com o golpe de Estado, do qual foi vítima. Quando um governante é impedido de concluir seu mandato, denominamos o fato como golpe.

Embora não fosse o propósito deste artigo, o fato da presidenta ter sido ilegalmente retirada do seu cargo, se revestiu de uma carga simbólica indiscutivelmente atravessada pelo velho machismo. Características vistas como positivas nos presidentes homens, tais como “objetividade”, “racionalidade” e “dureza”, foram transformadas pela mídia, em motivos de deboche ao se tratar de uma mulher. Podemos dizer que o patriarcado mandou uma mensagem para o movimento de mulheres, com o desrespeitoso “tchau querida”. Com esta frase, repetida inclusive de modo sarcástico pelos senadores e senadoras da república, no dia da votação do impeachment, o machismo apontou o lugar das mulheres, empurrando-as de volta para o espaço privado.

Paralelamente a isso, seguimos testemunhando uma gama de mulheres que enfrentam em seu cotidiano a exclusão social e a violência.

### **Direitos Humanos para as Mulheres**

Em 2002, foi criada, no âmbito do Executivo, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, atualmente Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), e em 2006 foi aprovada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, um marco no cumprimento de garantias internacionais e constitucionais sobre o direito das mulheres a uma vida livre de violência.

A Lei Maria da Penha fundamenta-se em normas e diretrizes consagradas na Constituição Federal, na Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher e na Convenção Interamericana para Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. A Lei afirma que toda mulher, independentemente, de classe, raça, etnia ou orientação sexual goza dos direitos fundamentais e pretende assegurar a todas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar a saúde física e mental e o aperfeiçoamento moral, intelectual e social, assim como as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança e à saúde (MENEGHEL, 2013, p.3) .

Este compromisso político do Estado, tanto no âmbito do Executivo, como do Legislativo e do Judiciário, é fundamental para garantia da aplicabilidade da lei, de modo a não permitir retrocessos nesta importante conquista para a defesa de nossos direitos. (SANTOS, 2009).

Enquanto a Constituição de 1988 consolidou as bases dos direitos individuais e sociais das mulheres como produto do ativismo, as desigualdades de gênero ainda não foram superadas e só serão quando as políticas públicas realmente assegurarem o direito das mulheres à cidadania. (TAVARES, 2011, p. 10).

No cenário brasileiro, a exclusão social impede que uma grande parcela da população tenha acesso aos bens considerados essenciais à sua nutrição, à preservação de sua saúde e à defesa de sua vida, condenando parte da população à miséria. Com a instituição das políticas públicas sociais, o quadro de miserabilidade foi positivamente alterado, melhorando muito a condição de vida de milhares de famílias. Entretanto com o golpe, estas políticas sociais foram muito prejudicadas e ainda não sabemos o impacto que a mudança vai gerar. Sabemos que as más condições de vida potencializam a violência contra a mulher e também contra as crianças, fragilizando as conquistas até então arduamente alcançadas. Por fim, vemos que as condições de vida sempre foram elementos de choque sobre as relações interpessoais, impactando diretamente os vínculos afetivos.

A inclusão da questão de gênero na agenda governamental ocorreu como parte do processo de democratização, o qual significou a inclusão de novos atores no cenário político e, ao mesmo tempo, a incorporação de novos temas pela agenda política. (RUBERT; WERBA 2014, p.12).

### **Condições de Igualdade no Trabalho para o Empoderamento**

O principal desafio para a política pública brasileira, no momento, é promover a conciliação do trabalho com as responsabilidades familiares e implementar medidas que eliminem desigualdades e discriminações no local de trabalho. Por exemplo, houve uma expansão na educação infantil. Porém,

menos da metade de todas as crianças (de zero a cinco anos) têm acesso a creches a preços acessíveis e a carga horária escolar diária ainda é insuficiente para permitir que as mulheres tenham empregos estáveis (TAVARES, 2011).

A primeira geração de estudos sobre trabalho feminino no Brasil, iniciada na década de 1970, focalizou exclusivamente a ótica da produção, sem levar em conta o fato de que o lugar que a mulher ocupa na sociedade também está determinado por sua posição na família. Mais tarde, já em meados da década de 1980, a análise da condição da mulher a partir de seu papel na reprodução da força de trabalho deu origem às primeiras discussões sobre o trabalho doméstico. (BRUSCHINI et al., 2011, p. 153).

Segundo o Código Civil brasileiro de 1916, em seu artigo 233, “O marido é o chefe da sociedade conjugal, papel que deveria ocorrer com a ajuda da esposa, em benefício ao casal e filhos” também ficaria a cargo do marido a representação legal da família e a permissão de autorizar a profissão da mulher. Logicamente o artigo colaborava com a premissa da mulher como subordinada ao homem. O homem também era responsável por todos os bens do casal, inclusive os de posse da esposa. Aliás, por anos as mulheres tiveram seus direitos privados e foram declaradas como inabilitadas para o exercício de determinados atos civis. Atualmente, e graças a grandes lutas por essa mudança, a manutenção da família passou a ser responsabilidade dos cônjuges.

Nas conquistas jurídicas relacionadas às mulheres pode-se destacar que a mulher passa a ter direito de salário semelhante ao homem, desde que o trabalho que exerça seja de igual valor; lembrando que essa conquista foi imprescindível para a vedação da exploração feminina no trabalho como forma de reduzir custos com funcionários, ou seja, sua mão-de-obra passa a ter o mesmo valor da desempenhada pelo homem (FONTES, 2013, p.14).

Esse progresso deu a mulher também o direito ao mercado de trabalho, porém ainda encontra o paradigma imposto pela sociedade da obrigatoriedade de ser “a mulher perfeita”, ou seja, também deve dar conta dos afazeres domésticos e cuidado com os filhos e marido.

Prover o auto-sustento gerou mudanças principalmente na constituição das famílias, assunto deixado de lado, pois o âmbito profissional passou a ser encarado em primeiro plano. As relações entre homens e mulheres se

modificaram a tal ponto de serem normais separações em prol de uma vida feliz (LUZ E FUCHINA, 2009).

### **Metodologia e Organização dos Dados**

A pesquisa desenvolveu-se através de abordagem qualitativa, por entendermos que nesse formato conseguimos compreender as falas oriundas das entrevistas de forma mais subjetiva, não sendo possível mensurá-las de outra maneira sem perder suas características mais relevantes.

Na estratégia de coleta de dados, utilizamos como ferramenta o grupo focal, que consiste em uma técnica de produção dos dados advindos de um grupo com características comuns, dirigido por um moderador, que mantém os participantes centrados em uma discussão sobre determinado tema. Com base nessa técnica, é possível a troca de ideias, experiências, sentimentos, crenças, comportamentos e pontos de vista, proporcionando a reflexão e, até mesmo, a mudança de opinião ou de fundamentação da posição inicial (MINAYO, 2014).

As entrevistas individuais também foram utilizadas a fim de verificar o ponto de vista de cada profissional e assim dar maior embasamento à pesquisa.

Realizada a coleta dos dados, buscamos entender numa perspectiva de gênero, através das seguintes pergunta-estímulo: porque as mulheres permanecem em relações não satisfatórias? De que forma é possível promover o empoderamento feminino nas relações? Como é vista a igualdade de gênero na sociedade atual?

Para encontrar estas respostas, os dados foram coletados através de grupo focal realizado com a participação de seis mulheres na faixa etária dos trinta anos e nível sócio econômico variando de baixo a médio, tendo como referência o salário mínimo. O grupo teve duração de uma hora e trinta minutos e foi efetivado nas dependências de um ESF, em um município do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Todas as participantes assinaram o termo de consentimento para a pesquisa, que foi anteriormente aprovada pelo Comitê de Ética da ULBRA. Também foram feitas quatro entrevistas individuais com

profissionais da saúde, sendo uma enfermeira, atuante na atenção básica, uma médica pediatra, atuante na saúde pública e duas psicólogas graduadas em períodos semelhantes. A entrevista ocorreu de forma presencial, tendo como tempo estimado, aproximadamente, uma hora.

Após gravar e degravar o conteúdo coletado, fizemos uma análise temática de conteúdo, conforme Bardin (2000). A partir das falas das mulheres foram encontradas as categorias abaixo, nas quais constatamos expressões que representam os motivos pelos quais as mulheres se mantêm em relacionamentos não satisfatórios. Das entrevistas e grupo focal foram escolhidos fragmentos para ilustrar a categoria de análise. Vícios de linguagem como "né" e "tá", foram eliminados das transcrições, mas sem prejuízo da ideia desenvolvida nas falas das entrevistadas.

QUADRO 1

CATEGORIAS	FALAS CORRESPONDENTES
Dependência Emocional	"[...] porque eu tinha uma dependência, eu sei que isso não é amor."
Aprendizado/Socialização	"Eu não tinha referência de amor de pai, eu nunca podia dar um beijo no meu pai. [...] não podia chegar perto dele, ele era muito brabo."
Dependência Financeira	"As vezes a mulher não trabalhou a vida inteira, não tem como sair de casa, não tem dinheiro guardado..."
Insegurança	"[...] permanecem em um relacionamento por insegurança, de todos os tipos."
Educação de cultura machista	"Vivemos em uma sociedade, ainda hoje, que acredita na criação sexista de crianças. Com isso quero dizer que, meninos são criados para serem os provedores do lar [...], enquanto que as meninas ganham a responsabilidade de cuidar da casa."
Imposições sociais	"[...] devido a criação e as imposições sociais, muita das mulheres aceitam as relações independente do que se passe."
Julgamento social	"Além de parecer não ter forças para resistir às ameaças, as mulheres seguem com suas relações pois temem o julgamento social em caso de separação."
Identificações familiares	"Na maioria das vezes, essas mulheres são vítimas não do relacionamento, mas de suas próprias histórias, do que as tornou sujeito, das

	suas identificações familiares, ou seja, de todo o seu processo construtivo.”
Promessa de melhora	“Fingem acreditar nas promessas de melhora do companheiro para sustentar a necessidade de manter-se nessa condição.”
Auto culpabilização	“[...] muitas vezes eu apanhei, mas por isso, por que eu era burra, tinha ciúmes, aí ele fazia o que queria.”
Vergonha da separação	“Não se sentem capazes, são amedrontadas pela certeza de fracasso em tudo, pela vergonha da separação, do que a sociedade dirá, do quanto a culpabilizam e assim, permanecem em sofrimento.”
Carência feminina	“Acho, sinceramente, que não existe diferença entre classes sociais mas, psicologicamente falando, acredito que o fator predominante seja uma carência feminina, seja psicológica, financeira, emocional, sexual...”
Manter instituição familiar	“Tenho a impressão que elas se mantêm em relacionamentos doentios por medo, baixa auto-estima, carência psicológica e/ou financeira, ou ainda, tentando manter a instituição familiar.”
Dependência Social	“[...] e ela fica na relação, por ter perdido todos os laços afetivos com outras pessoas.”
Filhos sem figura paterna	[...] imaginarem seus filhos sem a presença do pai ou sendo mãe solteiras, não conseguirão outro companheiro.”
Pelos filhos	“[...] Também acho que influenciadas pela falta do companheiro, não terão condições de criarem seus filhos.”
Percepção da violência	“No entanto, sabemos de situações onde elas não conseguem ao menos reconhecer a posição vitimizadora que se colocam ou são colocadas.”
Dominação por parte do companheiro	“[...]fazem com que acreditem que não conseguem viver sem eles, pois eles as dominam e de várias formas, as controlam.”
Medo reação do companheiro	“[...]são homens psicóticos, doentes que, em alguns casos conseguem dominar psicologicamente suas ‘vítimas’, e as que mostram resistência, os deixam revoltados e são agredidas.”
Culpabilização da mulher	“Sempre pensei que existe um tipo de mulher propensa a ser agredida e vitimada.”
Desesperança	“[...] mas hoje eu já tô com 72 anos, não tenho mais perspectiva de nada.”
Falta de rede de apoio	“[...] quando eu saí de casa, o meu pai disse que nunca mais eu ia voltar, e eu nunca mais voltei. Não tinha pra onde voltar, eu era muito criança.”

Após a seleção de unidades de fala e seus exemplos, percebemos que era possível fazer nova categorização, possibilitando a criação de duas matrizes categoriais.

As categorias foram então agrupadas por semelhança e ao final desta etapa, foram novamente coligadas em dois grandes eixos denominados de: Senso Crítico e Senso Comum.

A partir dos eixos, passamos a analisar e tentar compreender os significados de ambos e sua contribuição para responder numa perspectiva de gênero, porque as mulheres permanecem em relações não satisfatórias, assim como descobrir de que forma é possível promover o empoderamento feminino nas relações e como é vista a igualdade de gênero na sociedade atual.

Quando falamos em Senso Comum, nos referimos ao modo de pensar da maioria das pessoas, ou seja, um conhecimento advindo de experiências pessoais ou culturais, um conhecimento empírico. Diferentemente do Senso Crítico, este não se baseia em conclusões científicas, e sim em informações assimiladas no cotidiano funcional de cada indivíduo, tendo a função básica de orientar a sobrevivência humana. Fazendo parte desse conceito, também encontramos os conselhos, crenças e ditos populares, passados de geração para geração, muitas vezes entendidos como verdades.

Por sua vez, Senso Crítico implica em refletir sobre o fato, baseando-se em pesquisas e idéias críticas, quando as informações são analisadas ou testadas a fim de confirmar sua realidade. Diz sobre a capacidade de questionar de forma racional e inteligente para entender e interpretar de modo crítico as verdades impostas pela sociedade que muitas vezes são fruto de uma ideologia que busca manipular as pessoas para que não a questionem.

### **Análise e Interpretação dos Dados**

Analisando as categorias e os respectivos exemplos, passamos a trabalhar com os dois eixos, nomeados aqui: a) 'Senso Crítico' – respostas baseadas em experiências de vida, com algum nível de crítica social da realidade

– sendo este caracterizado por percepção crítica de gênero, remetendo ao empoderamento feminino. b) ‘Senso Comum’ - fala baseada em pensamento do senso comum e acrítico, que pode ou não ser alicerçado em teorias machistas/sexistas, terminando por culpabilizar a vítima da violência sofrida.

Nos quadros abaixo, expomos o conteúdo advindo das entrevistas, selecionando expressões que respondam, dentro das duas categorias, o motivo pelo qual a mulher mantém-se em relações não satisfatórias.

QUADRO 2

<b>Senso Crítico</b>	<b>Senso Comum</b>
Dependência emocional	Pelos filhos
Insegurança	Dependência financeira
Educação de cultura machista	Promessa de melhora
Imposições sociais	Desesperança
Julgamento social	Auto culpabilização
Identificações familiares	Vergonha separação
Falta de rede de apoio	Carência feminina
Percepção da Violência	Manter instituição familiar
Aprendizado/Socialização	Culpabilização da mulher

O quadro acima objetivou reorganizar as idéias, oferecendo uma visualização dos eixos definidos como Senso Crítico e Senso Comum. Neles podemos ver elementos que oferecem diferentes visões sobre o mesmo fenômeno e a partir de agora vamos tentar articular as idéias sobre como um mesmo grupo social consegue produzir conhecimentos etiológicamente tão distintos.

A evidência do quadro 2 recai em como a sociedade percebe de modo obscuro a questão de gênero, muitas vezes sendo expressado e reforçado o comportamento patriarcal ainda existente. Mesmo para pessoas que tiveram a oportunidade de uma educação acadêmica, as relações de gênero parecem naturalmente contemplar uma hierarquia, como podemos observar a culpabilização da mulher nas falas do Senso Comum.

Os valores culturais presentes em várias categorias encontradas denotam que algumas mulheres se submetem a uma docilização ou a um papel a fim de poder transitar nos espaços público e privado. Estas parecem

internalizar os conceitos que sustentam a desigualdade nas relações, reforçando os padrões de dominação, sustentando a Teoria do Patriarcado, no qual o marido é proprietário da mulher.

Embora a relação desigual de poder seja aceita pelos dominados, ela não se constitui numa concordância consciente e deliberada, mas principalmente numa relação de submissão”, tendo em vista que, habitualmente, as mulheres envolvidas em relacionamentos dessa natureza acabam incorporando, no seu cotidiano, práticas de poder masculino como algo natural e, conseqüentemente, aceitável (VIANA E SOUSA, 2014, p. 165).

Observando os dados sobre a situação das mulheres no Brasil, verificamos que embora, muito tenha sido conquistado pelos movimentos feministas, há muito o que fazer para que as mulheres tenham equidade de direitos.

Na psicologia grupos de pesquisa ligados aos movimentos de mulheres, também têm contribuído muito no enfrentamento à violência de gênero. Outra importante contribuição no campo da Psicologia é a técnica do acolhimento a mulheres em situação de violência, bem como dos estudos de gênero e feminismo.

O acolhimento tem sido um instrumento eficaz no empoderamento das mulheres para romper relações insatisfatórias, indo de encontro à cultura da virilidade. Portanto os espaços de escuta são imprescindíveis para contribuir com a desconstrução do sistema de crenças e valores pautados no patriarcado.

### **Considerações Finais**

Apesar dos avanços que obtivemos no campo das políticas públicas em relação à violência contra a mulher, podemos afirmar um ganho mediano, porém significativo frente ao histórico do sistema patriarcado. Com a elaboração da Lei Maria da Penha, provavelmente não aboliremos os problemas de violência de gênero, no entanto notamos uma crescente modificação nas relações entre mulheres vítimas de violência e seus agressores, além de provocar a discussão sobre o assunto o que leva à conscientização da sociedade.

Acreditamos que um dos caminhos para o empoderamento feminino seja a prevenção, principalmente na Atenção Básica, a porta de entrada do SUS, onde o distanciamento entre senso comum e senso crítico é menor, pois o atendimento se dá no próprio bairro, onde os profissionais de saúde conhecem a realidade dos pacientes, visitando-lhes em casa e com isso, estes sentem-se mais acolhidos para abordar temas delicados. Bem como a promoção - o que vem acontecendo com mais frequência atualmente - divulgando o que é violência e também orientando as mulheres caso necessário, em como proceder contra a agressão. Porém de nada adianta essa aproximação, se os profissionais não estiverem preparados para uma intervenção adequada e de qualidade, o que pode reforçar ainda mais a submissão.

A proposta central deste artigo foi discutir as possíveis razões para que as mulheres permaneçam em relações insatisfatórias. Estas podem ser de várias ordens, tanto pessoais, quanto profissionais. Entendemos que seria melhor não limitar a preocupação da pesquisa apenas às relações amorosas, pois estas não estão soltas no universo, mas são construídas a partir do social, cultural e político. Ao falarmos em relações insatisfatórias, pensamos naquelas relações em que as mulheres não se sintam contempladas em seus direitos, nas relações em que percebam a falta de equidade e de respeito pelo fato de serem mulheres. Ao contrário das relações insatisfatórias, as relações satisfatórias implicam em interações nas quais as mulheres sintam que são tratadas com respeito e equidade, não sendo prejudicadas em nenhuma esfera, pública ou privada em função do seu gênero.

A presente investigação conheceu as idéias de pessoas que representam o universo de relações de mulheres, dentro de características previamente definidas no escopo da pesquisa: pessoas de classe econômica média e média inferior, com escolaridade de nível técnico e de nível superior. Entendemos que estas características abrangem um número maior de mulheres no país e auxiliam a compreender o tema da pesquisa, conhecer os motivos que levam as mulheres a permanecerem em relações não satisfatórias.

Enfim, após a coleta, organização e análise dos dados, pudemos ver que um dos pontos mais importantes para compreensão do fenômeno investigado,

reside no fato de que as respostas advindas do Senso Crítico representam o pensamento e os estudos de gênero. No quadro ilustrativo dos eixos ( Senso Crítico - quadro 2), reconhecemos as falas de pessoas que tiveram em sua formação, a oportunidade de conhecer as teorias feministas e os estudos de gênero. Estas constroem idéias realísticas sobre os fatos que envolvem as mulheres, compreendem as diferenças e sabem distinguir relações satisfatórias das não satisfatórias, especialmente, sabem identificar relações de dominação entre os gêneros.

As falas exemplificadas no eixo Senso Comum, por sua vez, denotam desconhecimento da situação atual das mulheres, tendem a invisibilizar os agressores e a culpabilizar as agredidas. Mostram conformidade com padrões injustos e naturalizam relações de opressão. Todavia, é importante salientar que a diferença nos discursos não se encontra no nível de educação das participantes. Exemplificamos pelo discurso de duas psicólogas que, embora tendo o mesmo nível educacional, não tinham as mesmas idéias sobre a situação das mulheres em suas relações. Pudemos constatar que a psicóloga que respondeu de uma perspectiva de gênero, abordou o tema a partir de uma visão crítica e identificada com os estudos feministas. A outra, respondeu de uma perspectiva acrítica e suas respostas foram classificadas como Senso Comum, visto que demonstrou não conhecer a realidade das mulheres em situação de desigualdade.

Outro ponto a destacar é que o grau de conhecimento sobre as questões de gênero e do feminismo não garante que as mulheres obtenham sucesso em todas as suas relações. Entretanto, acreditamos que uma relação satisfatória pode ser melhor construída quando as pessoas conhecem a diferença entre feminismo e machismo, o que acontece por meio do diálogo, e dessa forma possam vivenciar relações plenas de troca e reciprocidade onde seja possível, tanto homens quanto mulheres, desempenharem sua individualidade sem estereótipos impostos pela sociedade ainda esculpida pelo patriarcado.

Em relação à psicologia, fica evidente a importância de que cada vez mais possa incluir definitivamente as questões de gênero nos seus currículos,

possibilitando a formação de consciências críticas no que diz respeito aos direitos humanos das mulheres.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2000.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: a experiência da vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BRUSCHINI, Cristina. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010 - Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: CEPIA Brasília; ONU Mulheres, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estud. av.**, São Paulo , v. 17, n. 49, p.117-133, Dec. 2003. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso) acesso em: 09 Nov. 2016, 18:45:27.

FONTES, Ana Cristina Magalhães. **O papel da justiça do trabalho na promoção da igualdade de gênero**. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013. Disponível em <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1068>. Acesso em: 13 nov. 2016, 20:32:16.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade. Estudos de Gênero**. Goiânia: Editora da UCG, 2000.

LUZ, A.F; FUCHINA, R. **A evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do direito do trabalho**. Anais do II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS. Porto Alegre: Nova Prova Editora, 2009.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al . Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: [http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013000800015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000800015&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 09 nov. 2016, 21:12:00.

MINAYO MCS. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 14a Ed. São Paulo: Editora Hucitec; 2014.

MIRANDA, Helena, et al. **Gênero e psicologia: um debate em construção no CRP 03 Encontro da Abrapso**, em 2009. Disponível em: [http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=350&Itemid=96](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=view&id=350&Itemid=96). Acesso em: 15 nov. 2016, 13:45:23.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista de sociologia e política v. 18, nº 36. Curitiba- PR, 2010.

RUBERT, Sabrina G; WERBA, Graziela C. **A teia de aracné: O Empoderamento na Tessitura de Políticas Públicas Voltadas à Mulheres**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Luterana do Brasil, Torres, 2014.

SANTOS, Joana; BRASÃO, Analba. **Especial sobre comitiva feminista em defesa da Lei Maria da Penha**. Ano VIII nº 194 - Articulando Eletronicamente. 2009.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. katálysis**, Florianópolis , v. 13, n. 1, p. 11-19, Junho 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802010000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 09 Nov. 2016

TAVARES, Rebecca Reichmann. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010 - Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres**. Rio de Janeiro: CEPIA Brasília; ONU Mulheres, 2011

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2004

VIANA, A. J. B.; SOUSA, E. S. S. O poder (in)visível da violência sexual: abordagens sociológicas de Peirre Bourdieu. **Revista de Ciências Sociais**, 2014. Disponível em: [http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v45n2/rcs\\_v45n2a8.pdf](http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v45n2/rcs_v45n2a8.pdf). Acesso: 20 ago. 2016, 10:34:33